

Ana Gomes, em nome do Grupo S&D. – Esperamos neste Parlamento que o conflito na Líbia esteja perto do fim. O corajoso povo líbio merece que o sofrimento causado por 42 anos de brutal ditadura e seis meses de guerra dê lugar a um país livre e democrático. Para tal, Khadafi e os seus homens de mão têm de ser encontrados e julgados.

A União Europeia, que já desde Maio, em boa hora, estabeleceu uma presença em Bengazi, foi rápida a agitar a bandeira em Trípoli logo após a libertação da capital. Deve agora também rapidamente descongelar os bens líbios referenciados, sob supervisão do Conselho de Segurança, e tratar de identificar outros recursos financeiros desviados pelo regime de Khadafi para que não alimentem a desestabilização do país e para assegurar a sua devolução às autoridades líbias.

A Alta Representante para a Política Externa e o Serviço Europeu para a Acção Externa têm de apressar-se a dar resposta a pedidos líbios de ajuda na governação interina e no processo de transição para a democracia, assegurando a indispensável coordenação entre Estados-Membros para que as agendas nacionais se não sobreponham a uma estratégia política coerente da própria União. E também para não deixar dúvidas sobre o respeito pela União Europeia pela soberania do povo líbio e ainda para viabilizar o papel coordenador que cabe às Nações Unidas na articulação das diferentes contribuições internacionais para o processo de reconstrução económica e institucional da Líbia.

Prioridade imediata para promover a segurança e a reconciliação na Líbia terá de ser certamente o desarmar e reinserir social e profissionalmente os civis que se viram obrigados a pegar em armas. A União Europeia pode oferecer a sua experiência e assumir um papel de relevo no esforço de desarmamento, desmobilização e reintegração e, portanto, no apoio à reforma do sector de segurança, bem como na preparação dos processos constitucional, eleitoral, construção do sistema de justiça, capacitação institucional da própria sociedade civil.

A credibilidade de um governo provisório líbio vai sobretudo depender da capacidade de cumprir as promessas de construir um Estado democrático, respeitador dos direitos humanos e das liberdades fundamentais de todos os cidadãos – líbios, mas também estrangeiros – e, designadamente, os migrantes que tanto sofreram no tempo de Khadafi e que continuaram até agora a sofrer, muitas vezes vendo-se injustamente acusados de ser mercenários ao serviço de Khadafi só pela sua cor da pele.

Por isso, saudamos as recentes declarações do Presidente do Conselho Nacional de Transição, Jalil, em Trípoli, anunciando que a Líbia será um país muçulmano moderado, e esperamos que isso signifique que a *sharia*, consagrada numa primeira declaração constitucional como fonte primordial da lei, seja interpretada de forma a assegurar integral respeito pela *rule of law* e pelos direitos humanos, em especial das mulheres e dos migrantes.

Esperamos neste Parlamento que o governo de transição lidere o processo de reconciliação nacional e, neste quadro, garanta a participação de mulheres e de jovens em todos os órgãos de decisão política e económica.

Nós, europeus, temos de tirar as lições necessárias do nosso passado na Líbia, como mau exemplo da política, ou melhor, da falta de política externa, através da colaboração de diversos governos europeus com o regime de Khadafi, quer trocando terroristas por contratos de petróleo, quer vendendo armas e fazendo *outsourcing* da tortura no quadro do programa das *renditions* da CIA.

Precisamos de uma nova política externa europeia baseada nos valores e nos princípios europeus e que responda aos desejos claros do povo líbio e de todos aqueles que no Mediterrâneo sul, nas diversas praças Tahrir, gritam por liberdade e dignidade.